

**Eixo Temático: Desenvolvimento Regional, Agroecologia, Sustentabilidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**

**SEMEANDO RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO: Agroecologia, Feminismos e Movimentos Sociais no Campo**

**SEMBRANDO RESISTENCIAS EN EL TERRITORIO: Agroecología, Feminismos y Movimientos Sociales en el campo**

Helena Maria Barbosa da Paz Chaves Coriolano<sup>1</sup>

Francisco Dornelles Fernandes da Silva<sup>2</sup>

Edilene Pereira Barbosa<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo analisar, à luz do conceito de território na Geografia, a atuação dos movimentos sociais do campo em torno da construção da Agroecologia, com destaque para o protagonismo das mulheres rurais e sua influência na organização e mobilização dessas práticas no território camponês. Para a abordagem de território, nos aportamos em Raffestin (1993), Haesbaert (1997) e Moreira e Targino (2007). Em consonância, para o debate da Agroecologia revisamos autores como Altieri (2012), Roset (2003), Caporal e Petersen (2012). Na articulação entre gênero e movimentos sociais, as contribuições partiram de Gohn (1997), Franco-García (2004), Siliprandi (2000), Shiva (2024), Mies (2019), dentre outras. Mediamos essa pesquisa em uma abordagem qualitativa, dando ênfase em leituras teóricas, pesquisa bibliográfica e documental. Obtivemos como conclusão, um olhar de que a Agroecologia se tornou marca nos territórios camponeses e vem obtendo papel fundamental nos movimentos sociais do campo, se tornando elemento de luta de mulheres e englobando uma consciência militante feminista acentuada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; Agroecologia; Gênero; Movimentos Sociais.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo analizar, a la luz del concepto de territorio en la Geografía, el desempeño de los movimientos sociales rurales en torno a la construcción de la Agroecología, con énfasis en el protagonismo de las mujeres rurales y su influencia en la organización y movilización de estas prácticas en el territorio campesino. Para el abordaje del territorio, nos centramos en Raffestin (1993), Haesbaert (1997) y Moreira y Targino (2007). En este sentido, para el debate sobre la Agroecología, se revisaron autores como Altieri (2012), Roset (2003), Caporal y Petersen (2012). En la articulación entre género y movimientos sociales, los aportes provinieron de Gohn (1997), Franco-García (2004), Siliprandi (2000), Shiva (2024), Mies (2019), entre otras. Mediamos esta investigación en un enfoque cualitativo, enfatizando las lecturas teóricas, la investigación bibliográfica y documental. Obtuvimos como conclusión, una visión de que la Agroecología se ha convertido en una marca en los territorios campesinos y ha ido adquiriendo un rol fundamental en los movimientos sociales en el campo, convirtiéndose en un elemento de lucha de las mujeres y englobando una acentuada conciencia militante feminista.

**PALABRAS CLAVE:** Territorio; Agroecología; Género; Movimientos Sociales.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: helena.paz@academico.ufpb.br.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: dornelles\_geo25@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Paraíba. Brasil. E-mail: barbosaedilene@gmail.com.

## **1. INTRODUÇÃO**

No atual contexto de crescente globalização e expansão do agronegócio, como modelo hegemônico de produção no campo, o campesinato vem se contrapondo à tal lógica que concebe a terra como “mercadoria”. O camponês atua desenvolvendo modos de vida e de relações harmônicas com a natureza, utilizando-a para sua subsistência e reprodução social.

Nesse cenário, a Agroecologia se destaca como movimento político, ciência e prática social que busca não apenas a produção sustentável de alimentos saudáveis, mas também, a preservação das tradições culturais e sociais dos povos do campo. Configura-se também como uma estratégia de resistência ao se contrapor ao avanço do capitalismo no campo, manifestado através do agronegócio e suas facetas mais perversas, tais quais a degradação ambiental, os prejuízos à saúde devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos, a concentração de terras e riquezas, a marginalização das mulheres, etc.

Nas práticas agroecológicas, as mulheres camponesas são protagonistas fundamentais na luta pela soberania alimentar, pelo desenvolvimento de políticas públicas e pela salvaguarda dos conhecimentos ancestrais camponeses. Além de suas contribuições na produção agrícola, desempenham um papel de destaque na organização e mobilização das comunidades rurais em torno da busca por justiça social e a equidade de gênero.

Nesse sentido, tendo como base a pesquisa bibliográfica e documental, este artigo tem como objetivo analisar, à luz do conceito de território na Geografia, a atuação dos movimentos sociais do campo em torno da construção da Agroecologia, com destaque para o protagonismo das mulheres rurais. Portanto, para a devida discussão teórica, utilizamos principalmente autores e autoras como Raffestin (1993), Haesbaert (1997), Moreira e Targino (2007), Altieri (2012), Roset (2003), Caporal e Petersen (2012), Gohn (1997), Franco-García (2004), Siliprandi (2000), Shiva (2024), Mies (2019) e outros(as).

## **2. O TERRITÓRIO CAMPONÊS E O “ESPERANÇAR” AGROECOLÓGICO**

Existem diversas abordagens sobre o conceito de Território, não somente na ciência geográfica, como em muitas ciências sociais e naturais. Haesbaert (1997) aponta a ambiguidade do termo “território”, que pode designar tanto um espaço ocupado pela sociedade, quanto um espaço de controle de espécies animais em busca da garantia de sobrevivência, assim definido pela Biologia. Por outro lado, na Geografia, a abordagem mais

difundida sobre o conceito está vinculada, tradicionalmente, ao aspecto de poder político e de expansão estatal, difundida por Friedrich Ratzel, precursor desse pensamento, como assinala Haesbaert (1997):

Outros autores, ao destacarem não os fluxos e as redes, mas as circunscrições e os controles, focalizam o território não sob o prisma da tecnologia ou da informação e da semiologia, mas a partir da sua natureza política vinculada às concepções de Estado e fronteira. Trata-se da abordagem mais tradicionalmente difundida, cujas raízes podem ser encontradas, em Geografia, na obra de Friedrich Ratzel, que no final do século passado definia uma espécie de “espaço vital” para o desenvolvimento das civilizações, numa visão “naturalizada” de território que ainda hoje se inscreve nas teses racistas que defendem uma ligação estrita entre espaço e grupo étnico-cultural. (Haesbaert, 1997, p. 36)

Claude Raffestin (1993), contudo, oferece uma enorme contribuição na discussão sobre o conceito de território, sobre a qual aportaremos nossa reflexão. Em sua análise mais ampla, o território se forma a partir do espaço, pois é o resultado de uma ação conduzida por um ator (ser social), em qualquer nível, ou seja, englobando diversas maneiras e particularidades do poder. Dessa forma, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p. 143).

Essas relações de poder, dão forma para a constituição de territorialidades, conforme argumenta Raffestin (1993) ao afirmar que qualquer forma de relação do ser social com o espaço possui uma relação de poder, seja de vivências, de forma material ou principalmente simbólica. Para ele “os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.” (Raffestin, 1993, p. 158). Contudo, no território, também está intrínseco as reproduções de vida do ser social no espaço, coagindo a uma forma de poder que se diferencia do poder do Estado, e não somente se constitui em um poder político, como também um poder de relações sociais, culturais e simbólicas, configurando as diversas territorialidades. Essa dinâmica é o que Raffestin (1993) denomina de “face vivida” em contraposição à “face agida” do poder.

As territorialidades dos espaços, conseguem, de certa forma, se distinguir de um espaço dominado pelo poder - território estruturalista do Estado-nação – a um espaço ocupado, que possui semânticas de relações distintas, onde é atribuído um conjunto de simbolismos, identidades, práticas e de sentimentos de pertença. Cabe destacar que um território ocupado também pode se tornar um espaço dominado e vice-versa. Porém, Haesbaert (1997) acentua que o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um

domínio ou controle politicamente estruturado, mas também por meio de apropriações que integram essa dimensão simbólica, identitária e afetiva:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (Haesbaert, 1997, p. 41)

Por isso, não edificamos o conceito de território, territorialidade e afins, no contexto de poder estatal. O território é elucidado na essência de um espaço que possui elementos emancipatórios para além das relações de poder, internos e externos. Esses elementos constituem suas identidades culturais, mas que, ainda assim, são territórios políticos por excelência, onde realizam-se determinadas relações sociais, como é colocado por Fernandes e Molina (2004). Nesse ângulo, o conceito é essencial para o entendimento das diferentes reproduções sociais no Brasil, em especial a de povos tradicionais, como é o caso do campesinato.

Destacando as reproduções territoriais do campesinato, elas integram práticas e costumes que resistem diretamente contra as problemáticas da agricultura capitalista no Brasil. São práticas que contribuem para a (re)existência desses sujeitos no campo, não somente buscando melhores condições de vida, mas construindo discursos que se direcionam ao combate de várias problemáticas sociais e ambientais da atual conjuntura. A Agroecologia é uma dessas práticas que vem revelando debates e enfrentamentos em prol de uma agricultura que preserve o meio ambiente, a saúde humana e que aprofunda os discursos ambientalistas no Brasil e no mundo.

A Agroecologia está presente no território camponês e se tornou pauta intensa nos diferentes movimentos sociais do Brasil, pois passou a atuar como elemento fundamental do território camponês, compondo uma particularidade de resistência em prol dos direitos das diferentes formas de agricultura camponesa e contra o progresso da agricultura capitalista atual. Tem sido uma característica desse território, que explica uma relação de poder, de política, de saberes, crenças e de simbolismos, tanto materialmente, na prática, como abstratamente, em sua relevância ideológica.

Utilizando o conceito de “Território de Esperança”, discutido por Moreira e Targino (2007), como uma forma de pensar essa resistência do território campesino que foi conquistado, construído e que está em constante movimento, percebemos as práticas agroecológicas como um “esperançar” da agricultura brasileira, pois essas práticas, assim

como o território de esperança, são “diferentes estratégias que simbolizam formas de ‘ruptura’ com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro.” (Moreira e Targino, 2007, p. 81).

Para Moreira e Targino (2007) é notável que essa prática se exprime através dos cuidados com a Natureza, que se inicia com processos educativos desencadeados com a mudança do processo produtivo agrícola tradicional para o agroecológico e, com isso, com a busca de maneiras de preservar e conservar o meio natural. A Agroecologia é uma “conquista” desses territórios e tem alcançado o protagonismo de indivíduos que impulsionam essa prática, sobretudo as mulheres camponesas, ressignificando espaços de reprodução camponesa e buscando contribuir na mitigação dos problemas socioambientais.

### **3. A AGROECOLOGIA COMO PILAR DE RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO**

A partir da globalização e do intenso crescimento populacional, aliado ao surgimento de novas técnicas provenientes da Revolução Verde, o debate sobre a industrialização da agricultura e a produção de alimentos para a população mundial ganhou força no final do século XX, assim como as preocupações em torno da qualidade desses produtos. Nesse contexto, o termo "segurança alimentar" passou a ter grande destaque.

No entanto, como aponta Rosset (2003, p. 320): “segurança alimentar significa que toda criança, mulher e homem precisam estar certos de ter o suficiente para comer todos os dias, mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como é produzido”. É então forjado o conceito de “soberania alimentar”, termo dado pela Via Campesina (2024, tradução nossa) ao “direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos mediante métodos ecologicamente respeitosos e sustentáveis, e seu direito a definir seus sistemas alimentares e agrícolas”.

Entre a luta e a disputa ideológica de conceitos, Rosset (2003) argumenta que:

[...] alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A soberania alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído do significado real (Rosset, 2003, p. 319).

A soberania alimentar busca garantir tanto a quantidade, quanto a qualidade dos alimentos, assegurando a segurança alimentar da população e proporcionando as condições necessárias para que as pessoas possam produzir, consumir e ter acesso ao seu próprio

alimento. Altieri (2012, p. 366) afirma que “os movimentos sociais adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio internacional injusto”. Guzmán e Molina (2013) discorrem:

A única solução para o problema socioambiental que atravessamos está num manejo ecológico dos recursos naturais, em que apareça a dimensão social e política que traz a Agroecologia e que esteja baseada na agricultura sustentável que surge do modelo camponês em busca por uma soberania alimentar (Guzmán e Molina, 2013, p. 16).

Dito isso, a Agroecologia integra o conceito de soberania alimentar e, neste trabalho, é analisada de forma que vai além da agricultura orgânica, sendo compreendida como um movimento social que envolve identidade, pertencimento, solidariedade e resistência ao modelo hegemônico do agronegócio. Mais do que uma prática alternativa, é também uma prática política.

Nesse sentido, a Agroecologia emerge como um dos pilares da resistência camponesa, onde o sujeito “camponês” exerce uma relação de manutenção com a natureza, vendo-se como uma extensão dela, e não como seu proprietário. De acordo com Guzmán (2001):

A perspectiva estrutural da Agroecologia permite preparar o terreno para o desenvolvimento de uma agricultura participativa, fazendo emergir, assim, uma dimensão global de busca de melhorias no nível de vida das comunidades rurais envolvidas. (Guzmán, 2001, p.43)

Diante do exposto, é possível perceber as articulações e integrações que a Agroecologia promove entre natureza-sociedade, além de suas múltiplas perspectivas. Mas, afinal, o que é a Agroecologia?

A Agroecologia é uma área de conhecimento eminentemente interdisciplinar, cujos estudos têm crescido de forma expressiva em diversos campos de saberes que procuram compreender desde aspectos relacionados a técnicas de cultivo e manejo agrícola até questões culturais e sociais. Nesse sentido, os saberes advindos da Agroecologia são provenientes do senso comum, da ciência, da filosofia e da religião, conferindo-lhe um caráter complexo e diverso de interpretações (Lima, 2017, p. 131).

Dessa forma, a Agroecologia preserva os saberes e técnicas tradicionais do campesinato, integrando a esses conhecimentos novas práticas que permitem ao camponês e sua família produzirem tanto para consumo próprio quanto para a comercialização de alimentos saudáveis. Além disso, resgata diferenças em termos de manejo, técnicas e aprimoramento, garantindo condições essenciais para sua sobrevivência e existência, em oposição ao modelo do agronegócio.

Encontra-se no Brasil algumas referências de suporte ao camponês e ao movimento agroecológico instituições como: Associação Brasileira de Agroecologia – ABA, a ANA –

Articulação Nacional de Agroecologia, a AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. Caporal e Petersen (2012), pontua uma das características marcantes da Agroecologia no Brasil:

[...] é um vínculo com a defesa da agricultura familiar camponesa, enquanto base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural: Uma característica marcante do Agroecologia no Brasil é seu vínculo inextricável com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural (Caporal e Petersen, 2012, p.66)

Portanto, em concordância com a Associação Brasileira de Agroecologia (2015) entendemos que a Agroecologia, de fato, assume três vieses enquanto ciência, movimento político e prática social, que tem um enfoque teórico, prático e metodológico sistêmico e transdisciplinar - ao articular diferentes áreas do conhecimento - com o intuito de desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis.

#### **4. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO, FEMINISMOS E AGROECOLOGIA**

A partir da articulação do tripé da Agroecologia como movimento político, ciência e prática social (ABA, 2015) e compreendendo-a como um processo social que possibilita o enfrentamento à expansão do capitalismo predatório no campo e de todas as suas consequências para as vidas humanas e não-humanas, nas últimas décadas, observa-se o uso crescente da Agroecologia pelos movimentos sociais do campo.

É importante destacar, conforme a reflexão teórica de Maria Gohn (1997), que os movimentos sociais são processos sociopolíticos e culturais protagonizados por atores coletivos que se organizam para defender interesses comuns em um universo de forças sociais em conflito:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (Gohn, 1997, p. 251).

Os movimentos sociais, portanto, vão além da noção simplificada e ideologizada frequentemente difundida pela mídia hegemônica, que os reduz a grupos vagamente organizados reivindicando bens materiais ou simbólicos por meio de manifestações heterogêneas. Na verdade, como argumenta a referida autora, os movimentos sociais são

expressões concretas da ação histórica de grupos que, ao se reconhecerem como um coletivo com uma identidade comum, projetam essa ação fora das instituições políticas formais. Dessa forma, à medida que um movimento social se institucionaliza, ele perde sua natureza de movimento, já que deixa de ser uma força de contestação externa às estruturas tradicionais de poder.

Nesse espectro, os movimentos sociais do campo se articulam internamente em torno de demandas que surgem das lutas concretas – pela terra, pelo território e, de forma mais ampla, pela preservação da vida. O princípio da solidariedade atua como o elemento central de articulação entre os diversos atores envolvidos, o que cria um ideário de unicidade e totalidade. A maneira como essas demandas são codificadas variam de acordo com o repertório cultural e das forças sociopolíticas específicas de cada conjuntura histórica em que o movimento se insere, refletindo as contradições e os desafios particulares enfrentados naquele dito contexto (Gohn, 1997).

Desde o final dos anos 80, os estudos críticos nas Ciências Humanas têm se debruçado sobre a análise dos movimentos sociais que emergiram na América Latina com a abertura política da redemocratização dos países no período pós-ditatorial. Nesse contexto, a produção de conhecimentos na Geografia crítica brasileira passou a integrar a perspectiva de gênero em suas análises (Silva e Ornat, 2016). Essa incorporação foi fundamental para compreender como as relações de gênero, socialmente construídas, moldam as experiências individuais, influenciam as interações sociais e configuram as relações de poder permeadas pela opressão e pelo privilégio dentro de uma formação social específica (Franco-García, 2004).

No que diz respeito às questões de gênero e ambientais, especialmente no contexto da Agroecologia conforme enfatizado por Emma Siliprandi (2000), até a segunda metade do século XX poucas organizações ou movimentos sociais se dedicaram a refletir sobre essas articulações, tanto na teoria quanto na prática. Os estudos voltados para a preservação ambiental e a Agroecologia frequentemente priorizavam os aspectos da seara “produtiva” ou aqueles relacionados à “natureza”, sem considerar as relações sociais historicamente construídas, negligenciando, desse modo, o papel das mulheres na manutenção dos territórios rurais.

Essa lacuna foi, em grande medida, objeto de reflexão do ecofeminismo, uma escola de pensamento que surgiu em meados da década de 70 e influenciou diversos movimentos

de mulheres e de camponeses em todo o mundo. Vandana Shiva (2024), sua principal expoente, elucida a correlação entre a dominação da Natureza e a das mulheres:

O ecofeminismo é uma cosmovisão que reconhece que os seres humanos são parte da natureza, não uma entidade separada dela. Pela noção de interconexão através da vida, a natureza e as mulheres são seres vivos e autônomos, não objetos inertes passivos, explorados e violados pelo poder masculino. A criatividade e a produtividade da natureza e das mulheres são os fundamentos de todos os sistemas de conhecimento e de todas as economias, apesar de ser invisíveis aos olhos do patriarcado capitalista que, como visão de mundo, como sistema de conhecimento e como forma de organização da economia, formou-se durante séculos por efeito do colonialismo, o industrialismo dos combustíveis fósseis e o uso da violência, a cobiça e a destruição da natureza e das culturas (Shiva, 2024).

O ecofeminismo, portanto, inaugura um debate fundamental sobre a interconexão entre saúde e meio ambiente, no qual a emancipação feminina está intrinsecamente ligada à transição para um paradigma produtivo mais sustentável, equilibrado e socialmente justo, como também defendido pela Agroecologia.

Nesse contexto, as mulheres nos espaços rurais desempenham um papel fundamental na construção desse paradigma, desenvolvido a partir do trabalho invisibilizado das mulheres em seus quintais produtivos (Contag, 2024). Para elas, a Agroecologia não é apenas uma prática, mas parte fundamental de seu modo de vida, representando uma continuidade da agricultura ancestral que remonta aos povos originários, antes da constituição da propriedade privada capitalista. Tendo emergido das necessidades locais e respeitando os ritmos da natureza é, sobretudo, uma expressão do conhecimento coletivo de homens e mulheres sobre como cultivar, manejar as culturas alimentares, salvaguardar as sementes crioulas e proteger os modos de vida camponeses.

No entanto, apesar de as mulheres estarem presentes em todas as fases do processo produtivo, seu trabalho, tanto na agricultura quanto na esfera doméstica, é frequentemente visto como acessório e complementar ao trabalho masculino (Mies, 2019). Nesse sentido, o trabalho de cuidados, realizado majoritariamente por mulheres, embora invisibilizado e tratado em separado da esfera “produtiva”, é essencial para o funcionamento do modo de produção capitalista. Tarefas como cuidar de crianças, promover a saúde dos mais velhos e garantir o bem-estar familiar são “naturalizadas” e desvalorizadas pelo mercado, que se baseia na figura do “*homo economicus*” (Rodríguez e López, 2010).

Sobre esse aspecto, a crítica ecofeminista elucida como o sistema capitalista patriarcal tem se sustentado através da violência contra as mulheres e “colônias” e no estabelecimento de uma divisão sexual do trabalho ao se apropriar tanto do seu trabalho “produtivo” quanto “reprodutivo”, minimizando a importância das mulheres na garantia da

acumulação de capital e na reprodução social de trabalhadores necessários ao funcionamento da engrenagem capitalista (Mies, 2019).

Os movimentos sociais populares camponeses como a Via Campesina em nível regional e coletivos da sociedade civil como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), têm se dedicado em diferentes escalas espaciais a refletir sobre tais problemáticas. Debates recentes têm se intensificado em torno do “feminismo popular camponês”, vertente que defende a reforma agrária integral e popular, o combate ao capitalismo, ao racismo e à LGBTQIA+fobia. Também busca promover a soberania alimentar com base agroecológica, a justiça climática, a democratização da terra e a função ecológica e social da propriedade (Via Campesina, 2024).

No âmbito nacional, a ANA tem incorporado à práxis de luta o lema “Sem Feminismo não há Agroecologia!”, construído pelo seu GT de Mulheres. Na perspectiva do grupo, o sentido da Agroecologia extrapola a transição do modelo de produção, sendo “preciso enfrentar as contradições de classe, transformar as relações sociais entre homens e mulheres e entre as gerações, combater o racismo e ressignificar as conexões entre campo e cidade para a construção de outro mundo possível” (ANA, 2018).

Como forma de registro de experiências de auto-organização de mulheres no movimento agroecológico, foi adotada a proposta metodológica e de potencial pedagógico chamada “Caderneta Agroecológica”, um instrumento de formação e de monitoramento do trabalho cotidiano das mulheres e de toda a sua produção agroecológica. No caderno são anotados os dados sobre tudo o que é produzido a partir de quatro eixos: consumo, vendas, doações e trocas de produtos. Tal estratégia é um exemplo que tem dado visibilidade à contribuição econômica das mulheres no campo, fortalecendo a luta contra a divisão sexual do trabalho e a busca pela construção de sua autonomia na relação familiar, pelo fim da violência machista, pelo acesso a políticas públicas e ampliação dos direitos sociais (ANA, 2018).

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Agroecologia, se constitui para além de uma agricultura orgânica, pois se apresenta como um movimento social e político que é intrínseco do território camponês e dos povos tradicionais em geral. Desse modo, permite a ampliação do debate de seus conceitos teóricos, como também da prática, ou seja, dos próprios espaços de reprodução do campesinato,

atribuindo uma valorização maior da existência desses sujeitos e promovendo uma autonomia no campo.

No Brasil, a Agroecologia tem sido pautada por organizações da sociedade civil, sobretudo, pelos movimentos sociais do campo. Nesse locus, o eminente papel desempenhado pelas mulheres camponesas - na manutenção dos territórios rurais e na construção de articulações em busca da soberania alimentar e de melhores condições de vida no campo - tem sido um farol de resistência frente ao avanço do agronegócio.

É nesse cenário das lutas concretas por terra e território que transformam a vida econômica, social e política da classe trabalhadora do campo, especialmente das mulheres, que emergem os elementos que definem a práxis destas nos territórios rurais. Nesse contexto, observamos que nas últimas décadas os movimentos sociais do campo têm desenvolvido uma consciência militante feminista, que tem levado as mulheres a perceberem que suas lutas históricas são, de fato, lutas feministas e também ambientais.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

Associação Brasileira de Agroecologia - ABA. **Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia**. São Paulo, SP: ABA, 2015. 12p.

Associação Nacional de Agroecologia (ANA). **GT Mulheres na Agroecologia: experiências, saberes e lutas**. Disponível em: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres\\_folder-ena\\_web-1.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Mulheres_folder-ena_web-1.pdf). Acesso em: 10 out. 2024.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v.6, 2012, p.63-74.

CONTAG. **Sem feminismo, não há agroecologia**. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-20240322>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERNANDES, Bernardo M. e MOLINA, Mônica C. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C. e JESUS, Sonia M. (org.) **Por uma educação do campo**. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional do Campo, n. 5. 2004.

FRANCO-GARCÍA, María. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004, 216 f.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Uma estratégia a partir da Agroecologia.** Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável, Porto Alegre, v.2, n.1. 2001, p.43.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói - RJ: EDUFF, 1997.

LIMA, Aline B. **Agroecologia e a semeadura da soberania alimentar por camponeses do Estado da Paraíba.** In: RODRIGUES, Maria de Fátima F. (org.). Da terra que assegura a vida aos alimentos sem agrotóxicos. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades camponesas:** assentamento rural e agroecologia na mata sul paraibana. Campina Grande: EUFCG, 2012.200p.

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial.** España: Traficante de sueños, 2019.

SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandana-shiva>. Acesso em: 08 out. 2024.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

SILVA, Joseli M.; ORNAT, Marcio J. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero,** Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212-219, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática S.A, 1993.

RODRÍGUEZ, Marta; LÓPEZ, Yayo. **Ecofeminismo, una propuesta para repensar el presente y construir el futuro.** Centro Nacional de Educación Ambiental, 2010.

ROSSET, Peter. **Soberania Alimentar:** manifesto global dos movimentos camponeses. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003, p- 315-342.

MOREIRA, Emilia.; TARGINO, Ivan. De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-Árido Paraibano. **Revista NERA,** n. 10, p. 72–93, 2012.

VIA CAMPESINA. Colombia: **Declaración de la Cumbre Campesina:** mientras se aceleran los preparativos para la COP16 de biodiversidad, 2024.

\_\_\_\_\_. **¿Qué es la soberanía alimentaria?** Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>. Acesso em: 07 out. 2024.